

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM PORTUGAL



FOTOGRAFIAS COMO «LUGARES DE MEMÓRIA» PORTÁTEIS. IDENTIDADES, DISCURSOS E SIGNIFICADOS DA AGRICULTURA EM PORTUGAL

163

Dulce Freire

| Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Introdução

No início da década de 80, Pierre Nora desenvolveu a conceção de «lugares de memória» aplicada à construção da identidade nacional francesa. Estes «lugares» permitem estabelecer a ligação entre a memória e a história porque assumem, simultaneamente, um sentido material, simbólico e funcional¹. Para a nação francesa a conceção expressa-se através de aspetos tão distintos quanto as demarcações regionais, as cores da bandeira nacional, os arquivos, a gastronomia, a paisagem ou os manuais escolares. Neste inventário dos «lugares de memória» não estão especificamente contempladas as fotografias. Contudo, considerando que os «lugares de memória» são construções sociais², mais do que ficar confinado aos casos estudados na obra de Pierre Nora, o conceito torna-se operativo em diversos contextos culturais e pode ser adotado em diferentes circunstâncias que apelem à recordação.

Nos últimos 50 anos, sobretudo desde a década de 70, os historiadores têm vindo a considerar crescentemente as fotografias como fontes históricas³. As fotografias «antigas», com famílias, paisagens, edifícios e objetos de outros tempos evocam experiências e emoções que historiadores e outros cientistas sociais ambicionam apreender. Mais do que pedaços de uma realidade perdida, a interpretação dos investigadores pode conferir relevância explicativa a essas imagens, tornando-as vestígios que falam de um passado que interessa compreender. Estas fotografias, enquanto documentos históricos, muitas vezes guardadas em arquivos públicos, ao adquirirem significados no presente podem transformar-se em «lugares de memória».

1 Nora, P., «Entre mémoire e histoire. La problématique des lieux», in Pierre Nora (dir), *Les lieux de mémoire*, vol. I *La République*, Paris, Gallimard, 1985; Nora, P., «Between memory and history: les lieux de mémoire», *Representations*, n.º 26, Spring 1989.

2 Berger, P. e T. Luckman, *The social construction of reality. A treatise in the sociology of knowledge*, London, Penguin Books, 1972.

3 Para o Reino Unido essa tendência é descrita por Samuel, Raphael, *Theatres of memory: past and present in contemporary British culture*, London, Verso, 1994.

Como tem vindo a ser demonstrado em estudos recentes, a combinação de fotografias com fontes escritas e orais tem permitido aprofundar o conhecimento acerca de experiências e acontecimentos protagonizados por diferentes grupos sociais⁴. Procurando contribuir para alargar o uso de imagens em pesquisas históricas, neste artigo discute-se em que circunstâncias mesmo fotografias «atuais» podem concorrer para ampliar o conhecimento sobre o passado e tornar-se «lugares de memória». Esta discussão assenta na descrição e análise das interconexões estabelecidas entre fotografia, história oral e trabalho de campo durante uma pesquisa sobre os itinerários de modernização da agricultura portuguesa depois da II Guerra Mundial⁵. Como justifiquei em outro lugar⁶, nesse projeto de investigação recorri a diferentes metodologias que, para além da consulta de documentação escrita proveniente de várias instâncias de poder do Estado, contemplaram a realização de trabalho de campo em Alpiarça, uma vila do distrito de Santarém. Procurei, assim, assegurar a recolha de evidências empíricas suscetíveis de abranger a diversidade de perspetivas associadas à agricultura, entre as décadas de 50 e 80 do século XX, um período de profundas transformações neste setor e na sociedade portuguesa.

À semelhança do que era recorrente nas pesquisas etnográficas nos primeiros anos do século XXI⁷, período em que preparei e desenvolvi o trabalho de campo, os registos fotográficos começaram por ser encarados principalmente como elementos ilustrativos ou para capturar as realidades locais que pudessem ser úteis, mais tarde, na fase de redação dos resultados da pesquisa. Durante os meses que passei em Alpiarça, as fotografias que tirei, mais do que simples objetos que abriram a possibilidade de realizar entrevistas e facilitaram o desenrolar do trabalho de campo, tornaram-se ainda mais relevantes devido aos mecanismos de recordação desencadeados pelo conteúdo de cada imagem. Em

4 Entre os títulos mais recentes sobre a fotografia como fonte histórica e para estudar as classes populares, veja-se Pinheiro, N., «Fotografia e história social: utilização da fotografia como fonte para a história», *Estudos do Século XX*, n.º 11, 2011; sobre elites e a relação da fotografia com fontes escritas, Vicente, F., «A photograph of four orientalist (Bombay, 1885): knowledge production, religious identities and the negotiation of invisible conflicts», *Journal of the Economics and Social History of the Orient*, n.º 55, 2012; para a relação entre fotografias e história oral, Freund, A. e A. Thomson (ed.), *Oral history and photography*, New York, Palgrave Macmillan, 2011.

5 A pesquisa, que decorreu entre 2000 e 2005, inseriu-se no projeto de doutoramento financiado pelo programa de bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

6 Freire, D., *Portugal e a terra. Itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento/Datilografada, Lisboa, FCSH-UNL, 2007; Freire, D., «Entre a propriedade e o salário. Memórias dos trabalhadores agrícolas em Alpiarça (anos 50/80)», *Revista de Antropologia Iberoamericana*, vol. 1, n.º 3, 2006, agosto/Dezembre [www.aibr.org/antropologia/01v03/articulos/010310.php].

7 Ainda que, até esta altura, os métodos visuais fossem pouco adotados pelos antropólogos (como refere Pink, S., «Introduction. Situating visual research», in Pink, S.; L. Kurti and A.I. Afonso (ed.), *Visual research and representation in ethnography*, London&New York, Routledge, 2004; Pink, S., *Doing visual ethnography*, 2.ª ed., London, Sage, 2007), as imagens desde há muito que fazem parte dos dados recolhidos pelos investigadores no terreno (Prosser, J. (ed.), *Image-based research. A sourcebook for qualitative researchers*, London, Routledge Falmer, 2006).

que medida essas fotografias puderam evocar múltiplas dimensões do passado e tornar efetiva a recordação? Em que situações as fotografias deixam de ser meras ilustrações ou auxiliares de memória do investigador para passarem a ser «lugares de memória»? É a versatilidade que essas imagens podem adquirir no decorrer da pesquisa que é descrita neste artigo.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte apresento as principais questões que orientavam a pesquisa, para justificar a pertinência das metodologias adotadas. Na segunda, descrevo brevemente como a relevância conferida às fotografias se insere no processo de construção das fontes requerido pelo desenvolvimento da investigação. Finalmente refiro como no decorrer do trabalho de campo as fotografias que tinha tirado se tornaram «lugares de memória portáteis» que puderam ser usadas ao lado do gravador portátil durante as entrevistas. Conclui-se que as fotografias podem converter-se em «lugares de memória» na medida em que lhes sejam socialmente reconhecidos sentidos simbólicos e funcionais para explicar o passado.

Modernização da agricultura e oposição à ditadura

Desde os anos 80, a crítica do «modelo de produção em quantidade», que esteve subjacente à expansão da «revolução verde» depois da II Guerra Mundial, tem incentivado a diversificação das perspectivas de análise da economia e sociedade rurais. A par da identificação dos impactos negativos associados à aplicação desse modelo (êxodo rural, exaustão dos recursos naturais, poluição, etc.), tem sido evidenciado que as agriculturas regionais da Europa do Sul seguiram diversos itinerários de modernização. Mais do que designá-las como atrasadas ou subdesenvolvidas, por comparação com os índices produtivos da Europa do Norte e EUA, é necessário explicar como é que as características endógenas de cada região condicionaram os processos de inovação tecnológica e a evolução da produtividade da terra e do trabalho. Durante décadas, a inovação tecnológica foi apresentada como um fator exógeno capaz de transformar ecossistemas e organizações sociais, proporcionando aumentos de produtividade e de rendimentos. Recentemente, vários autores têm vindo a destacar que, pelo contrário, a desigualdade das incidências da modernização é indissociável das características agro-ecológicas, institucionais, políticas, económicas e culturais inerentes à história de cada sociedade⁸.

⁸ Flichy, P., *L'innovation technique. Récents développements en sciences sociales vers une nouvelle théorie de l'innovation*, Paris, Editions la Découverte, 2003; Fox, R. (ed.), *Technological change. Methods and themes in the history of technology*, Amsterdam, Harwood Academic Publishers, 1998; Mokyr, J., *The lever of the riches. Technological creativity and economic progress*, Oxford, Oxford University Press 1990.

Para os séculos XIX e XX, as análises da ação do Estado e dos principais indicadores económicos têm permitido aos historiadores demonstrar que Portugal acompanhou as tendências internacionais de crescimento económico e mudança social⁹. Contudo, quando se trata de analisar o percurso da agricultura durante os 20 ou 30 anos que se seguiram à II Guerra, os estudos mais recentes têm confirmado as observações dos contemporâneos¹⁰. À semelhança do que estava a acontecer no Ocidente, os campos portugueses tornaram-se fornecedores de mão de obra para a indústria e serviços, mas não produziram bens alimentares e matérias-primas suficientes para corresponder às solicitações dos consumidores. Na época, como na atualidade, afirma-se que globalmente houve um aumento da produtividade do trabalho, a par de um ténue crescimento da produtividade da terra. O reconhecimento de que, apesar de tudo, se registaram diferentes comportamentos regionais e que alguns subsetores produtivos corresponderam às mudanças dos mercados¹¹ não tem sido suficientemente explicado, nem integrado nos discursos historiográficos.

Alguns dos estudos de caso conduzidos por cientistas sociais em Portugal e regiões próximas¹² têm contribuído para demonstrar que os camponeses portugueses não eram passivos, ignorantes e incapazes de mudar. Sugerem, pelo contrário, que a criatividade dos pequenos agricultores proporcionou a aplicação de soluções inovadoras, desde que estivessem em consonância com os contextos sociais e ecológicos em que estes se encontravam. A par destas análises, privilegiando áreas montanhosas ou remotas, tornava-se necessário alargar o reconhecimento das incidências da «revolução verde» em zonas com condições agro-ecológicas mais favoráveis para a expansão do modelo. Foi para esclarecer esta questão que se tornou pertinente desenvolver um estudo micro em Alpiarça.

O concelho de Alpiarça fica localizado na margem esquerda do rio Tejo, em pleno Ribatejo. Esta é a região onde existe a maior extensão de terra fértil de que o país dispõe. A planura do vale, a qualidade do solo e a abundância de água tornam a área propícia ao incremento de culturas

9 Lains, P., «New wine in old bottles: out put and productivity trenes in Portuguese agriculture», *European Review of Economic History*, vol. 7, n.º 1, 2003.

10 Soares, F. Brito, «A agricultura», in Lains, P. e A.F. da Silva (org.), *História Económica de Portugal*, vol.III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005; Lains, P., «Agriculture and economic development in Portugal» in Lains, P. e V. Pinilla (ed.) *Agriculture and economic development in Europe since 1870*, London, Routledge, 2009.

11 Brito, J. Pais de; F. Oliveira Baptista e B. Pereira (coord), *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Ministério da Cultura, 1996.

12 Silva, M. Carlos, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1998; Sobral, J. Manuel, *Trajeto: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999; para a Galiza: Fernández Prieto, Lourenzo, (dir.), *Terra e progreso. Historia agraria da Galicia Contemporânea*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 2000.

diversas. Ao contrário das montanhas e das planícies secas que dominam o território nacional, aqui os fatores naturais não se constituíram como obstáculos intransponíveis ao modelo de modernização da segunda metade do século XX, o qual assentava em regadio intensivo, sementes laboratorialmente melhoradas, uso massivo de fertilizantes e outros produtos químicos, mecanização das várias fases dos ciclos produtivos das culturas. Para esclarecer as circunstâncias de aplicação e os impactos do modelo revelou-se oportuno adotar metodologias de proximidade, que permitissem conhecer por dentro os fatores sociais, económicos e políticos que proporcionaram, ou não, a industrialização da agricultura regional.

As oportunidades para encontrar trabalho e explorar terra fértil tornaram o Ribatejo muito atrativo para quantos residiam nas áreas agrestes e montanhosas em redor. No período entre 1950 e 1980, a maioria dos 8 mil habitantes de Alpiarça pertencia à primeira, segunda ou, menos frequentemente, à terceira geração de migrantes. Uma vez estabelecidos nas proximidades do Tejo, os novos habitantes quase sempre traçavam como objetivo de vida adquirir alguma terra. Ao mesmo tempo, estavam atentos às possibilidades de arrendar alguma parcela e de trabalhar como assalariados rurais. Muitos dos proprietários e agricultores de Alpiarça começaram por ser trabalhadores rurais sazonais, adquirindo pequenas propriedades nas áreas menos férteis. Durante a vida tentaram, com maior ou menor sucesso, aproveitar todas as oportunidades para ter um lugar entre aqueles que exploravam a fertilidade do aluvião junto ao rio. Ambicionando melhorar de vida, grande parte dos habitantes estava atenta às possibilidades para aumentar os rendimentos que tirava da terra. Estando a vila localizada a menos de 100 quilómetros de Lisboa, a capital do país e porto de exportação, estes esforços poderiam ser remuneradas com a comercialização dos produtos agrícolas nos mercados nacionais e estrangeiros. Existia nesta comunidade uma alargada predisposição social para criar, adotar, aperfeiçoar ou adaptar inovações que contribuíssem para maximizar a exploração dos recursos disponíveis e para aumentar os rendimentos.

Todavia, nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, à semelhança de outras comunidades do Ribatejo e do Alentejo, Alpiarça ganhou mais projeção nacional devido às posições políticas de muitos dos habitantes do que pelo reconhecimento da relevância das inovações introduzidas na agricultura. No contexto do regime ditatorial que governava Portugal (1933-1974), a vila começou a ser designada como o «Moscovo português», numa referência ao peso político e ideológico do Partido Comunista Português na localidade. As atividades clandestinas, que levaram ao reforço da repressão e a repetidas prisões de dezenas de habitantes, marcaram o quotidiano da vila durante décadas. Este empenhamento político, que distinguia a comunidade

das imediatamente próximas (como Chamusca e Almeirim), inscrevia-se nas atividades agrícolas, quer através das estratégias de resistência quotidiana dos habitantes¹³, quer enquanto experiências que procuravam dar sentido aos ideais de progresso e de justiça social veiculados pelo Partido Comunista Português¹⁴.

A militância clandestina, na medida em que visava denunciar injustiças, crueldades e imposições da ditadura vigente, recorria às práticas agrícolas para demonstrar que os problemas económicos e sociais existentes resultavam mais do «mau governo», imposto pela ditadura ao país, do que da vontade dos portugueses. Estes fatores contribuíam para aprofundar localmente a reflexão acerca das questões agrícolas e para que fossem adotadas soluções para modernizar a agricultura, sugeridas por alguns técnicos ou por outras vias. As propostas apresentadas com mais insistência pelos técnicos visavam, entre outras mudanças, promover uma reforma agrária, que aumentasse a eficiência da exploração da terra e uma redistribuição rendimentos socialmente mais equilibrada. Clamava-se por assistência técnica, para consolidar conhecimentos e práticas necessárias à aplicação das inovações. Propunha-se a construção de sistemas de rega, para alargar as áreas de culturas intensivas e sazonais, como os produtos hortícolas e algumas frutas. Colocando a ênfase na ação do Estado, reivindicavam-se medidas políticas e financeiras que viabilizassem a aplicação destas propostas. Ao contrário do que poderia acontecer em outras localidades, em Alpiarça o contexto social e político eram compatíveis com a expansão das inovações associadas às soluções modernizadoras apresentadas pelos técnicos.

Metodologias de pesquisa e construção das fontes

As pesquisas bibliográficas e nos arquivos centrais do Estado, desenvolvidas previamente ao trabalho de campo mostravam que numa comunidade com estas características económicas e sociais seria possível encontrar informantes que colaborassem no esclarecimento das questões colocadas. O trabalho de campo começou cerca de dois anos e meio depois do início do projeto. Tanto antes como depois dos 14 meses de estadia no terreno (entre setembro de 2002 e dezembro de 2003), consultei documentação em diversos arquivos e conduzi entrevistas a personalidades que, podendo esclarecer aspetos locais, não eram residentes na vila. Explorando as poten-

¹³ Scott, James C., *Weapons of the weak. Every day forms of peasant resistance*, New Haven, Yale University Press, 1985, explica como a resistência se desenvolve nas atividades do quotidiano.

¹⁴ Algumas destas questões são analisadas por Neves, J., *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e História no século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008.

cialidades teóricas e metodológicas da interdisciplinaridade, o processo de construção das fontes históricas visava abranger perspectivas diversificadas.

Enquanto historiadora que desenvolvia trabalho de campo, as minhas inquietações começaram por estar relacionadas, sobretudo, com as condições efetivas de uso de diferentes instrumentos de pesquisa. Por um lado, estava preocupada em avaliar as implicações epistemológicas de recorrer simultaneamente a fontes de diferente natureza (escritas, orais e iconográficas) e também com várias origens (produzidas por órgãos centrais e regionais do Estado, agrónomos e outros membros das elites nacionais, trabalhadores e proprietários locais, organizações políticas, etc.). Por outro lado, era necessário encontrar formas de articulação entre as escalas micro, *mezzo* e macro. Ao mesmo tempo, refletia acerca das modalidades de integração na análise desse conhecimento intuitivo decorrente das experiências e emoções vividas pelo investigador no terreno.

Nenhuma pesquisa de terreno está isenta de imprevistos. Durante os meses passados em Alpiarça, o contacto com os informantes foi dificultado pelas características intrínsecas à comunidade e à natureza do próprio objeto de estudo. Os quase 10 mil habitantes atuais distribuem-se por cerca de 9 mil quilómetros quadrados, residindo em núcleos urbanos ou em casas dispersas pelas propriedades agrícolas. Numa comunidade que foi intensamente vigiada, desenvolveram-se valores culturais e códigos de conduta em relação aos forasteiros e ao tipo de informações que lhes pode ser prestada¹⁵. Depois, as condições de meteorológicas (o inverno de 2002/2003 prolongou-se até abril e provocou inundações na lezíria), não facilitavam a circulação pelas explorações agrícolas e retardaram o início dos ciclos produtivos que pretendia acompanhar. E, as práticas da agricultura industrial, agora dominante, não beneficiam a comunicação: ao ritmo acelerado e ao barulho das máquinas, acrescenta-se a exuberância vegetativa de algumas culturas (vinha, milho, pomares), que na primavera se tornam manchas compactas de verde. Sendo Alpiarça uma comunidade rural apresentava muitas diferenças relativamente aos casos que marcam a tradição portuguesa de estudos etnográficos e de sociologia rural, os quais têm privilegiado povoações mais pequenas e com maior peso da agricultura não mecanizada.

Apesar dos contratemplos, contactar os informantes enquanto estes desempenhavam tarefas agrícolas tornou-se a forma mais eficaz de obter os dados que procurava. Os informantes começaram por ser escolhidos por «bola de neve»¹⁶, mas verifiquei que o sistema não estava a permitir-

15 Godinho, P., *Memórias da resistência rural no Sul. O Couço 1958-1962*, Oeiras, Celta Editora, 2001, encontrou comportamentos semelhantes no Couço, outra localidade do Distrito de Santarém.

16 Burgess, R., *A pesquisa de terreno. Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

-me aceder à diversidade de posições sociais e ideológicas existentes na comunidade. Todavia, mesmo quando as dificuldades de contactar com os informantes estavam superadas e a minha presença na comunidade deixou de suscitar (tantas) apreensões, constatava que as entrevistas forneciam muitas informações, mas que continuavam a persistir lacunas que a multiplicação das «conversas com objetivo» não estava a conseguir superar. As entrevistas apresentavam dois traços principais. As referências às circunstâncias em que os habitantes tinham sido humilhados, presos, vigiados, mortos ou deportados durante a ditadura surgiam facilmente nos discursos dos habitantes. Por vezes, as narrativas pessoais reproduziam, com pequenas variantes, as versões já publicadas. À semelhança do que faziam os habitantes de Rio de Onor, alguns informantes aconselhavam-me mesmo a ler aquele livro ou artigo de jornal, onde estaria tudo melhor explicado. As memórias da resistência ao Estado Novo adquiriram especial relevância social durante a consolidação da democracia (1974-1976), quando se tornou possível expor as experiências individuais e enquadrá-las no âmbito mais vasto das lutas contra a ditadura protagonizadas por milhares de portugueses. Na constante reelaboração desse passado coletivo, nomeadamente através da mobilização para as comemorações associadas às datas festivas do calendário local¹⁷, realçavam-se alguns elementos, enquanto outros foram sendo esquecidos ou minorizados. Existia também a preocupação de garantir que as lutas antifascistas não fossem ignoradas fora da comunidade e que, de alguma forma, ficassem inscritas na História nacional. Sabendo que tinham diante de si uma historiadora, os moradores predispunham-se a contar os aspetos da história da sua terra que consideravam mais importantes. Esses relatos valorizavam uma herança de defesa de valores progressistas e democráticos, que poderia remontar à primeira metade do século XIX, mas raramente salientavam as inovações tecnológicas aplicadas à agricultura.

Mesmo quando estavam a referir-se a aspetos específicos das atividades agrícolas, as memórias podiam resvalar para a resistência política, confirmando assim o peso social destas experiências e, também, o complexo funcionamento dos mecanismos cognitivos. Tinha dados suficientes para demonstrar que, entre finais da década de 50 e inícios da década de 70, os meus informantes tinham sido protagonistas da adoção do que podem ser consideradas macro-inovações (passagem de sequeiro para regadio, aplicação de novas sementes, utilização de tratores e pesticidas, etc.). Por exemplo, a partir de finais da década de 50, milhares de alpiarcenses tornaram-se seareiros de melão na

¹⁷ As datas celebradas têm várias origens: 2 de abril 1914, elevação a concelho; 25 de abril 1974, «Revolução dos Cravos» que derrubou o Estado Novo; 1 de maio 1886, Dia Internacional do Trabalhador; 5 de outubro de 1910, instauração da República.

lezíria de Vila Franca, contribuindo para a expansão regional desta monocultura progressivamente industrializada. Esta foi uma cultura indispensável para que muitos melhorassem de vida, ainda que durante décadas tenham sido semi-nómadas: entre março e agosto, para fazer a campanha do melão, residiam em abrigos improvisados junto às parcelas que subarrendavam nos campos de Vila Franca. Nos meses de outono e inverno em que permaneciam em Alpiarça, procuravam encontrar trabalho na vinha e nos olivais. Assim descreviam, igualmente, a sucessão de tarefas da vinha e do vinho em que a mão de obra tinha sido paulatinamente substituída por tratores, monda química, máquinas de vindimar, lagares mecanizados. Uma cultura que, ainda no início dos anos 50, requeria trabalho manual durante todo o ano, passou a exigir trabalhadores apenas na poda e na vindima. Reunidos similares para os ciclos produtivos de outras culturas (milho, tomate, arroz, melancia, hortícolas, etc.), mas o melão e a vinha foram as culturas mais relevantes para a formação das experiências e dos rendimentos de grande parte dos alpiarcenses e, também, aquelas que melhor recordavam.

Todavia, quando fazia a reconstituição dos ciclos produtivos destas culturas, verificava que havia mudanças que não conseguia compreender e que nem todos os objetos fotografados em sótãos, alpendres, armazéns e explorações agrícolas tinham encontrado um lugar nas explicações. A criatividade dos diferentes intervenientes nos processos produtivos é indispensável para, usando as designações de Joel Mokyr¹⁸, desenvolver micro-inovações que permitam a adequação das macro-inovações às condições endógenas de cada local. Eram essas micro-inovações, que podem ser decisivas para melhorar a produtividade e que traduzem as modalidades de aplicação local das soluções da «revolução verde», que procurava identificar e eram muitas destas que, ainda, me estavam a escapar. Os mecanismos cognitivos não estavam a permitir recordar a diversidade de práticas e conhecimentos associados às múltiplas tarefas exigidas pelo cultivo de diferentes produtos agrícolas. Uma parte das dificuldades devia-se ao meu desconhecimento acerca de todos os pormenores ou sucessões das tarefas, que me estava a impedir de colocar as questões de forma adequada. Outra parte decorria das características micro dessas inovações e das exigências inerentes aos processos de modernização, que pressupõe a constante renovação de alfaías, gestos e saberes que são necessários para assegurar a eficiência das explorações agrícolas, levando ao esquecimento do que deixa ser eminentemente útil.

Durante a pesquisa, as fotografias faziam parte das fontes recolhidas nos arquivos públicos ou disponibilizadas pelos informantes. Mas, ao contrário

18 Mokyr, *The lever of the riche...*

de Gemma Canal que não levou máquina fotográfica para o trabalho de campo na Venezuela¹⁹, a maior parte do acervo de imagens que reuni era constituído pelas fotografias que fui captando, algumas mesmo antes de iniciar as estadias prolongadas na comunidade. Essas fotografias mostravam as paisagens planas da lezíria e as leves ondulações da charneca; as formas como convivem os sistemas de policultura para consumo local com as extensas áreas de monocultura industrial; os contrastes entre áreas urbanas e rurais; as alfaías desprezadas ou em laboração; os agricultores e trabalhadores executando diferentes tarefas; as infraestruturas agrícolas e agroindustriais abandonadas ou em funcionamento; as expressões das opções políticas e ideológicas inscritas no espaço público.

A partir do momento em que algo é fotografado faz parte de um sistema de informação, inserido em esquemas de classificação, usado para diferentes propósitos, desde o policiamento a fins científicos. Como admite Susan Sontag, a magia inerente ao ato de fotografar passa, precisamente, pela capacidade que este confere de controlar e apropriar a realidade²⁰. Neste caso, estava a selecionar os segmentos de realidade que fotografava em função dos objetivos da pesquisa. Tal como nos arquivos fazia fotocópias dos documentos, que considerava mais relevantes para alicerçar o meu argumento, as fotografias eram uma forma de «fotocopiar a realidade» que encontrava no presente. Na pesquisa que estava a desenvolver, as fotografias eram ainda a prova material de que na atualidade métodos de cultivo, gestos de agricultores, tecnologias e conhecimentos modernos surgem imbricados com os tradicionais, a ponto de ser difícil garantir onde começam uns e acabam os outros. Se o presente era assim, por que não poderia ter sido há 40 ou 50 anos? Se, com nota E. Wallerstein, «A mudança é eterna. Nada muda, nunca»²¹ são *clichés* verdadeiros, as fotografias que captava ser-me-iam úteis para compreender o período das décadas de 50 a 80, em que estava centrada a minha análise. Considerava que durante as fases de redação, colocando em relação fotografias, entrevistas, documentos escritos, mapas, dados do caderno de campo, poderia compreender os itinerários de modernização da agricultura portuguesa.

19 Canal, Gemma O., «Photography in the field. Word and image in ethnographic research», in Pink e Afonso (ed.), *Visual research...*, pp. 31-46.

20 Sontag, S., *On photography*, 3.^a ed., Middlessex, Penguin Books, 1979.

21 Wallerstein, E., *O sistema mundial moderno*, vol. 1, *A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 15.

Fotografias como «lugares de memória portáteis»

Durante o trabalho de campo, a máquina fotográfica, que trazia sempre apta a funcionar, atraiu muitas vezes a atenção dos alpiarcenses e criou pretexto para começar a conversa. Comprovando, mais uma vez, o poder do lugar na evocação das memórias²² quando estava na área das explorações agrícolas foi possível obter informações pormenorizadas, acerca do cultivo de diferentes espécies e também relacionadas com os aspetos fundiários, institucionais, económicos e sociais subjacentes às tarefas agrícolas. A exemplo do que têm feito outros investigadores, numa tentativa de aprofundar as relações com os membros da comunidade, selecionava algumas das fotografias que tinha captado e procurava marcar um momento para as entregar aos meus interlocutores, se possível num contexto propício a que uma conversa ocasional fosse substituída por uma entrevista registada no gravador.

Em alguns casos, quando me encontrava com os informantes para lhe entregar as fotografias que tinha tirado e, durante, a conversa que este ato motivava, estes começaram a descrever experiências e reações que as imagens lhes motivavam. Por vezes, não se limitavam a aspetos do presente, mas remetiam para conexões com o passado. À medida que fui aprofundando a relação com os membros da comunidade, os objetos, paisagens ou situações que tinha fotografado, eram evocados, quer por mim, numa tentativa de encontrar algum exemplo concreto que pudesse facilitar a formulação das dúvidas que desejava esclarecer, quer pelos informantes como forma de precisar algo que me estavam a dizer. Eram referências não já a esses objetos ou experiências, mas às imagens que eu tinha captado dos mesmos, sem que estas estivessem fisicamente presentes. Constatei que essas imagens estavam a fazer parte do património de conhecimentos comum, que estava a ser construído entre mim e os informantes, e eram o referencial ao real que sustentava os mecanismos cognitivos e a comunicação. As fotografias eram elementos que estavam a tornar possível a recordação, a reelaboração dos discursos sobre o passado e o reposicionamento das experiências relacionadas com a exploração da terra na construção da identidade dos meus interlocutores. Estas começaram por ser conversas informais que decorriam no quotidiano do trabalho de campo, que procurava depois verter para o meu caderno de notas. Mas podiam também surgir durante entrevistas gravadas.

Salienta Roland Barthes²³ que todas as imagens com carácter imitativo da realidade, como eram as fotografias que captava, apresentam dois níveis

22 Zelizer, B., «Reading the past against the grain: the shape of memory studies», *Critical Studies in Mass Communication*, v. 12, n.º 2, June 1995, pp. 214-39.

23 Barthes, R., «Le message photographique», in *Ouvres completes*, vol. I, Paris, Seuil, 1993, pp. 938-948.

de leitura: uma mensagem explícita e uma mensagem conotada. O primeiro nível é analógico e é de leitura imediata. Mas a apreensão da mensagem conotada pressupõe a inserção do observador num contexto social e cultural que lhe permita decodificar as imagens. O processo de conotação, através do qual se impõem segundos sentidos à imagem, elabora-se em diferentes momentos de produção das fotografias. Neste caso, era iniciado por mim no instante em que definia o enquadramento daquela vinha recentemente podada ou do modo de regar o campo de milho. Continuava na seleção do formato de impressão, que transformava as imagens em objetos²⁴. Prosseguia na forma como as organizava, escolhia e apresentava aos meus interlocutores. Na medida em que as metodologias de pesquisa que estava a aplicar me facultavam o acesso a múltiplos aspetos das vivências passadas e presentes da comunidade, habilitavam-me também a decodificar parte do sistema de signos daquelas imagens. Mas, como a leitura da mensagem conotada depende do saber do leitor e é iminentemente histórica, havia níveis de compreensão que me escapavam. Estes remetiam para a herança cultural comum aos membros daquela comunidade, a qual, obviamente, eu não partilhava inteiramente.

Numa tentativa de ultrapassar mais alguns obstáculos que estavam a dificultar o meu entendimento dos processos históricos de inovação tecnológica e modernização da agricultura, comecei a proceder à seleção de fotografias para usar em entrevistas gravadas. As imagens, escolhidas em função das questões que visava esclarecer com cada entrevistado, incluíam principalmente alfaías agrícolas ou agroindustriais e campos cultivados. As fotografias estavam a tornar-se «lugares de memória portáteis». Está amplamente reconhecida a capacidade da história oral para resgatar do esquecimento experiências, linguagens e emoções com diferentes origens sociais e culturais²⁵. Aliavam-se assim, os poderes mnemónicos da história oral com os das imagens. Verifiquei que as interconexões estabelecidas durante as entrevistas desencadearam mecanismos cognitivos que permitiram ao entrevistado aprofundar a decodificação dos signos que as fotografias continham. Ao mesmo tempo, a entrevista permitia convertê-los numa linguagem compreensível: um conjunto de outros signos que eu, também, partilhava. Desta forma, essas imagens traduziram-se na descrição verbal de gestos, sensações, pensamentos, atitudes ou situações, que anteriormente tinham em parte escapado à minha compreensão.

24 Shore, Stephen, *The nature of photographs*, 2.^a ed., London, Phaidon Press, 2007, considera que as fotografias impressas são objetos por natureza.

25 Entre a vasta bibliografia dedicada a estas questões refiro, apenas, duas obras básicas: Thompson, Paul, *The voice of the past. Oral history*, Oxford, Oxford University Press, 2000; Perks, Rob e Alistair Thomson (ed.), *The oral history reader*, London, Routledge, 2006.

Esta utilização das fotografias durante as entrevistas respeitava três princípios básicos. Antes de tudo, tinha em conta as metodologias da história oral. Escolhia as fotografias de acordo com os objetivos da conversa, preservando o património de relacionamento e entendimento que estava a ser construído com os meus informantes. Depois, não esquecendo a natureza da fotografia e que o ato de fotografar pressupõe selecionar, destacar e controlar o segmento de realidade capturada na imagem, tentava escolher imagens sem elementos que pudessem ferir a suscetibilidade dos interlocutores. Pensando nas fotografias apenas como documentos este aspeto poderia ter pouca relevância. Mas para os membros da comunidade aquelas imagens inseriam-se nas redes sociais de que faziam parte e, de certa forma, expressavam o meu lugar social dentro da mesma. Por fim, tinha em consideração os procedimentos do trabalho de campo, procurando fotografias que não inibissem os informantes, mas que potenciasssem os seus discursos e aprofundassem a minha relação com eles.

As possibilidades de utilização destas estratégias de pesquisa foram ampliadas pela combinação de fatores essenciais. Um decorreu da natureza daquelas fotografias: impressas em papel eram objetos que se podiam manusear e, em certo sentido, apropriar. Os entrevistados agarravam nas fotografias, olhavam-nas de diferentes ângulos, passavam os dedos pelas imagens, reorganizavam-nas à medida que falavam. Um trator estacionado em terra lavrada, a vinha a ser vindimada, um velho motor de tirar água que persistia em funcionar, um amontoado de prensas de vinho num lagar, deixavam de ser meras imagens e tornavam-se tácteis. Assim, facilitava-se o estabelecimento das conexões cognitivas entre a recriação mental dos gestos para lavar ou regar e as palavras expressas para descrever estas ações.

Outro fator decorreu da sedução da própria imagem e do poder simbólico que estas contêm. Nascidos entre as décadas de 20 e 40 do século XX, para a maior parte dos meus informantes as fotografias estavam reservadas para momentos e personalidades excepcionais. Como poucos fazem parte dos grupos sociais que mais vezes foram confrontados com uma câmara fotográfica, têm uma relação distanciada e solene com as fotografias. Aquelas imagens eram um sinal de distinção atribuído a objetos e experiências que lhes eram familiares e que, de certa maneira, deixavam de ser banais. O ato de falar sobre as mesmas para um gravador reforçava, precisamente, esse carácter de excecionalidade que lhes tinha sido conferido pela fotografia. Por fim, é necessário ter em conta a minha função enquanto investigadora, porque as fotografias permitiam tornar mais claro o que desejava saber. Ainda que conhecesse os ciclos produtivos das várias culturas, tornava-se por vezes difícil verbalizar de forma compreensível quais eram as minhas dúvidas ou

as informações que desejava obter. Outras vezes, os termos que usava não eram, localmente, reconhecidos como os mais adequados.

Depois de constatar o poder mnemónico das fotografias durante as «conversas com objetivo» que ficavam registadas no gravador, passei a repetir esta metodologia nas circunstâncias que considerava oportunas. As fotografias tornaram-se «lugares de memória portáteis», que escolhia e usava de acordo com o guião que elaborava para cada entrevista, e que podia transportar sem dificuldades para junto dos entrevistados. Esta portabilidade tornou-se particularmente útil quando os entrevistados estavam distantes dos contextos agrícolas que pretendiam descrever e não se podiam deslocar. Ao lado do gravador portátil passei a colocar os «lugares de memória portáteis». As interações entre as questões que eu colocava e a observação das fotografias revelavam-se nos discursos dos entrevistados quando, por exemplo, comparavam as formas de cultivo atuais com as de «antigamente»; estabeleciam similitudes ou diferenças entre os objetos retratados e outros já desaparecidos; faziam ligações entre a maior variedade das culturas de regadio e as mudanças nas políticas agrícolas. Como os mecanismos mnemónicos estão vinculados aos quadros sociais em que cada indivíduo se insere²⁶, as recordações suscitadas pelas fotografias e pela interação entre entrevistado e investigador, enraizavam-se na herança cultural da comunidade. Essas fotografias transformaram-se em «lugares de memória» ao adquirirem poder para resgatar do esquecimento linguagens, sentimentos, gestos e conhecimentos com relevância histórica. Contribuindo, assim, para inscrever na narrativa da História Contemporânea memórias com diferentes origens sociais e associadas a múltiplas atividades agrícolas.

Conclusão

A conversão das fotografias de simples registos do trabalho de campo em «lugares de memória» desenrolou-se nas fronteiras teóricas e metodológicas da interdisciplinaridade. Poder-se-á argumentar que estas fronteiras são áreas demasiado volúveis e subjetivas para construir o conhecimento histórico. Contudo, os riscos não invalidam que se reconheça que o recurso a instrumentos de pesquisa diversificados e adequados para esclarecer os problemas em análise apresenta várias vantagens. Entre as quais, alargar as possibilidades de que esse conhecimento possa contemplar múltiplas perspetivas sobre o passado.

²⁶ Tendo presente o que escreveu Halbwachs, M., *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994, o cultivo da terra e o desenrolar do quotidiano em comunidades rurais fizeram parte dos quadros sociais em que viveram sucessivas gerações de portugueses, sendo plausível admitir que muitos têm uma memória longa acerca da vida nos campos.

As fotografias guardadas em arquivos, ou outras usadas em diferentes circunstâncias pelos investigadores, são frequentemente consideradas como «gatilhos da memória». Esta noção, apesar de estar escassamente problematizada, sugere que as fotografias são um mecanismo que estimula, simultaneamente, a criatividade e a memória. Precisamente, por que estes são processos cognitivos interdependentes, a noção de «lugares de memória» traduz de forma mais precisa as interrelações estabelecidas entre fotografias e história oral. As fotografias enquanto «lugares de memória», ao mesmo tempo que incitam à recordação, fornecem-lhe um referencial que previne a dispersão. Poderemos dizer que estas fotografias permitem à memória navegar, mas sem que esta perca de vista o farol que a orienta nos mares convulsos das recordações. Considerando que as entrevistas são conversas com objetivo, as dimensões materiais, simbólicas e funcionais inerentes aos lugares de memória», conceptualizados por Pierre Nora, contribuem para que sejam cumpridos os objetivos estabelecidos para cada conversa. Em grande parte, esses sentidos tornam-se operativos porque, enquanto imagens que condensam representações plausíveis do mundo²⁷, tais fotografias suscitam comparações entre vários tempos e realidades, contribuindo para fundamentar a análise histórica, enquanto discurso plausível sobre o passado.

Como a história oral ambiciona captar memórias e contrariar o esquecimento, a adequada utilização de fotografias durante as entrevistas converte-as num instrumento de pesquisa com múltiplas potencialidades. Além das fotografias históricas, a discussão acerca do uso das imagens para esclarecer aspetos do passado deve contemplar de forma mais alargada outras fotografias, captadas ou não pelo próprio investigador. Está amplamente reconhecido como o gravador portátil revolucionou os modos de fazer e os impactos sociais da história oral. Atualmente, a facilidade de captar, guardar, reproduzir e divulgar fotografias autorizam os investigadores, nomeadamente os historiadores, a equacionar novas estratégias para usar estas imagens de forma pertinente no decorrer das pesquisas. As fotografias sendo representações plausíveis da realidade permitem condensá-la e transportá-la. Assim, a par da utilização de gravadores áudio ou de câmaras de filmar portáteis, os investigadores devem também ponderar o recurso a estes «lugares de memória portáteis» durante as pesquisas.

27 Durand, R., *L'excès et le reste: essais sur l'expérience photographique* 3, Paris, Editions la Différence, 2006, p. 160.

63

2 0 1 2

Dossier

A transição democrática portuguesa: novos contributos historiográficos

Apresentação

Ana Mónica Fonseca e David Castaño

David Castaño

Mário Soares e o sucesso da transição democrática

Maria Inácia Rezola

Melo Antunes, os militares e a transição para a democracia em Portugal

Raquel Varela

O Partido Comunista Português e a esquerda militar na Revolução dos Cravos

Riccardo Marchi

As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976)

Ana Mónica Fonseca

Apoio da social-democracia alemã à democratização portuguesa (1974-1975)

Tiago Moreira de Sá

Os Estados Unidos e a transição democrática portuguesa

Thiago Carvalho

Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976)

Apoios

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa



CEHC
Centro de Estudos de
História Contemporânea

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Dossier

Interdisciplinaridade em ação. Experiências de pesquisa em contextos rurais

Ana Cabana Iglesias

Um sujeito incómodo para um tempo difícil.
Atitudes camponesas e franquismo

Dulce Freire

Fotografias, identidades, discursos e significados da agricultura em Portugal

João Baía

Bairro da Relvinha: memórias de resistência